



Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Centro de Educação- CEDU
Maceió - Alagoas - Brasil

A BRINQUEDOTECA COMO ESPAÇO DE GARANTIA DO BRINCAR E DE CONSTITUIÇÃO DO SER CRIANÇA

Meiriely Correia de Oliveira (CEDU/UFAL)
meiriely.oliveira@cedu.ufal.br

Ana Maria dos Santos (CEDU/UFAL)
ana.maria@cedu.ufal.br

Maria Elizabete Neves Ramos (PUC-Rio)
mbete.ramos@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho versa sobre ações desenvolvidas por meio do projeto de extensão “O espaço da brinquedoteca nos Centros Municipais de Educação Infantil de Maceió/AL”, articulado ao componente curricular “Atividade Curricular de Extensão 4 – Oficinas II” (ACE4), do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O objetivo central deste projeto consiste em aprofundar as leituras acerca do espaço da brinquedoteca e refletir sobre a importância do brincar para o desenvolvimento infantil. Como objetivos específicos, elencamos: mapear os Centros Municipais de Educação Infantil de Maceió (CMEIs) que possuem brinquedoteca; identificar como esses espaços são equipados, organizados e utilizados por crianças, professores e comunidade em geral, fazendo registros fotográficos, visando criar um banco de imagens das espacialidades e materialidades ali presentes; e, por fim, realizar rodas de conversa com o tema da brinquedoteca. A brinquedoteca é um espaço privilegiado constituído de uma materialidade que dá suporte ao brincar e garante a qualidade das ações lúdicas das crianças, convidando-as a explorar, conhecer, descobrir e ampliar seu repertório lúdico-cultural e humano. Entende-se que o brincar é um direito da criança que está expresso em documentos como o ECA (1990), a LDB 9394/96 (1996), as DCNEIs (2010) entre outros. Constatou-se que, dentre os 52 (cinquenta e dois) CMEIs que responderam sobre a existência ou não de um espaço dedicado a brinquedoteca, somente 01 (um) afirmou possuir o espaço em questão, embora não tenha sido possível conhecer e fotografar o referido espaço devido às limitações do próprio CMEI.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Brinquedoteca. Materialidades do Brincar. CMEI.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os resultados de ações desenvolvidas por meio do projeto de extensão intitulado “O espaço da brinquedoteca nos Centros Municipais de Educação Infantil de Maceió/AL”, cuja proposta se articulou ao componente

curricular denominado “Atividade Curricular de Extensão 4 – Oficinas II” (ACE4), ofertada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O objetivo principal do referido projeto consistiu em aprofundar as leituras e discussões acerca do espaço da brinquedoteca e de refletir sobre a importância do brincar para o desenvolvimento infantil e como objetivos específicos, buscamos conhecer e mapear os Centros Municipais de Educação Infantil de Maceió (CMEIs) que possuem brinquedoteca; identificar como esses espaços são equipados, organizados e utilizados por crianças, professores, e comunidade em geral; compor um banco de imagens dos espaços pesquisados; realizar rodas de conversa a partir do tema da brinquedoteca, envolvendo a comunidade acadêmica e demais interessados no tema em questão e, por fim, divulgar os resultados das ações de extensão desenvolvidas.

Entendemos que em seu processo de formação inicial, os estudantes do Curso de Pedagogia devem compreender que o espaço da brinquedoteca em instituições de Educação Infantil contribui sobremaneira para o processo de constituição do ser criança, uma vez que a presença de uma materialidade que dê suporte às suas brincadeiras propicia o desenvolvimento da linguagem, o conhecimento e exploração de si mesmo, do outro e do meio em que está inserida; amplia seu repertório brincante e seu potencial imaginativo, garantindo a produção das culturas infantis.

Pensar o espaço da brinquedoteca implica em compreender que a brincadeira, no âmbito da educação extra doméstica, tem intencionalidades e, desta forma, requer a mediação do professor, com um olhar atento e uma escuta sensível às demandas e interesses das crianças, visando intervenções qualificadas que garantam a qualidade da experiência do brincar e das práticas pedagógicas em creches e pré-escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) (BRASIL, 1996), reconhece a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica no Brasil e esse reconhecimento provoca mudança no seio da sociedade, em que a educação das crianças pequenas passa da esfera meramente doméstica para adentrar espaços formais e coletivos de educação. A educação da criança até 6 anos supõe a compreensão da dimensão lúdica como perspectiva fundamental nos processos de socialização, de interação e de descoberta de si, do outro e do mundo, apoiada em práticas pedagógicas que garantam experiências com a brincadeira em

suas variadas formas, seja ela livre ou dirigida, individual ou coletiva, com o uso de materiais estruturados e não estruturados etc.

O direito da criança ao brincar é resguardado e amparado legalmente pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227; pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu Art.16 que “compreende o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se” (BRASIL, 1990); pela LDB nº 9394/96 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010).

É importante ressaltar que as reflexões e análises apresentadas neste trabalho tomam como referência os documentos supracitados, bem como estudos de autores como Kishimoto (2006, 2013), Atikson (2013), Bartolucci (2013) e outros que reconhecem a brincadeira como atividade principal na infância e apresentam a brinquedoteca, suas origens, seus arranjos espaciais e materiais, como também seu papel político e social a partir de uma perspectiva nacional e internacional.

As DCNEIs preceituam que "as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira" (BRASIL, 2010, p.25). Entendemos que é pela brincadeira que a criança se constitui como sujeito capaz de se apropriar dos objetos, artefatos e tecnologias presentes no mundo, sendo essa capacidade resultante de interações, mediações e trocas realizadas com outros sujeitos mais experientes e com seus pares.

Com a Carta Magna de 1988 se reconhece a criança menor de 7 anos como cidadã de direitos sociais, porém percebemos que ainda temos muito que avançar nas relações que construímos e matemos com as crianças, sejam elas no âmbito da educação doméstica ou no contexto da educação extra doméstica que se efetiva em creches, pré-escolas e escolas, em todo o país.

2. O QUE SÃO AS BRINQUEDOTECAS E COMO ELAS SURGIRAM?

De acordo com Bartolucci (2013), “a origem da brinquedoteca perde-se nas noites dos tempos. Fala-se dos anos 30 do século passado”. [...] “A verdade é que muito tempo antes já era encontrada nas residências ricas da nobreza russa” (BARTOLUCCI, 2013, p.122). É interessante atentar que esse autor adverte que

A Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, no artigo 31 diz que o jogo é um direito e, como tal, todas as nações que o adotaram devem empenhar-se em garanti-lo. [...] A brinquedoteca coloca-se como o instrumento mais importante para realizar a sua difusão (BATOLUCCI, 2013, p.127).

Concebemos a brinquedoteca como um espaço privilegiado que se encontra aparelhado de uma materialidade que dá suporte ao brincar e garante a qualidade das ações lúdicas das crianças, convidando-as a explorar, conhecer, descobrir e ampliar seu repertório brincante, cultural e humano.

O brinquedo assume sua função lúdica quando propicia diversão, prazer, conhecimentos e apropriação de si e do mundo, contudo, quando se pensa nas atividades brincantes no contexto escolar, é preciso não perder de vista que mesmo que elas ocorram por meio de brincadeiras não dirigidas, para que a qualidade dessa atividade, tão importante para as crianças se efetive e promova a ampliação do seu potencial criativo e imaginativo, é necessário um trabalho pedagógico intencional e sistemático.

A brincadeira de alta qualidade faz diferença na experiência presente e futura, contribuindo de forma única para a formação integral das crianças. As crianças brincam de forma espontânea em qualquer lugar e com qualquer coisa, mas há uma diferença entre uma postura espontaneísta e outra reveladora da qualidade. A alta qualidade é resultado da intencionalidade do adulto que, ao implementar o eixo das interações e brincadeira, procura oferecer autonomia às crianças para a exploração dos brinquedos e a recriação da cultura lúdica (BRASIL, 2012, p.12).

A presença de uma brinquedoteca nas instituições de educação infantil pode auxiliar no desenvolvimento e aprendizagem das crianças de forma ampla, rica e variada, assim, é preciso o reconhecimento de que as atividades lúdicas devem ocupar um papel central nas práticas pedagógicas das instituições infantis, rompendo com a ideia de mero passatempo, forma de entretenimento ou distração e até mesmo enquanto momento de transição entre uma atividade e outra na rotina das crianças.

Na contramão dessa perspectiva, que secundariza o lugar da brincadeira no contexto escolar, Bartolucci (2013, p.132) assegura que o jogo na infância tem uma importância crucial para o desenvolvimento emocional e cognitivo”.

O ato de brincar deve se dedicar à expansão imaginária da criança e permitir a associação e a interpretação da realidade em que ela se encontra e, nesse contexto, a brinquedoteca cumpre um importante papel, contribuindo de forma a atender demandas individuais e coletivas apresentadas pelas crianças, suas professoras e demais atores sociais que a ela tenham acesso. Fuchs (2011) entende que,

Dar às crianças a possibilidade de brincar, é o principal objetivo de uma brinquedoteca, como consta no Art. 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança: 'todas as crianças têm o direito de relaxar e brincar, e participar de uma ampla gama de atividade' (FUCHS, 2011, p.51).

Quando buscamos compreender o contexto em que surgiram as brinquedotecas, entendemos que suas origens são marcadas por um cenário complexo, tendo em vista estar relacionadas à crise de 1930, com a chamada Grande Depressão Americana, que desestabilizou diversas famílias, fazendo com que as crianças daquela época furtassem materiais com o intuito de construir seus próprios brinquedos (KISHIMOTO, 2013, p.16).

A observância de tal fato implica na instalação, no ano de 1935, em Los Angeles, da primeira “Biblioteca de Brinquedos” (*Toy Library*) que propunha empréstimos de brinquedos na biblioteca pública, o que levou à ampliação da discussão sobre a importância do brinquedo e da brincadeira na formação e no desenvolvimento da criança (KISHIMOTO, 2013, p.16).

Barros e Leite (2013) destacam que “essa ideia foi disseminada para outros cantos do mundo como na Europa na década de 60 do século XX, especificamente nos países como Suécia, Bélgica e França” (p. 26182) e elucidam que, inicialmente, a brinquedoteca assumia um caráter tanto educativo como terapêutico. Esses autores destacam também que somente em 1987, em Toronto, no Canadá, aconteceu “o primeiro evento para se discutir o papel social da brinquedoteca” e que a partir das discussões suscitadas naquele evento, se verificou que a brinquedoteca exercia uma função e papel social muito mais complexos do que até então se percebia, pois além de “emprestar brinquedos às crianças”, também atuava efetivamente junto às famílias, apoiando-as no processo de “estimulação e socialização das crianças, no resgate da cultura por meio dos brinquedos e brincadeiras” (BARROS; LEITE, 2013, p. 26182).

Já no contexto brasileiro, o processo de implantação de brinquedotecas se iniciou nos anos de 1970, com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), visando atender crianças com necessidades especiais.

A primeira brinquedoteca brasileira foi criada em 1981 na escola Indianópolis no Estado de São Paulo. Em 1984 foi criada a Associação Brasileira de Brinquedotecas (ABB) com a finalidade de difundir a ideia do brincar, considerando a riqueza do acervo brincante presente em todas as regiões do Brasil.

Segundo pesquisa coordenada pela equipe do Laboratório de Brinquedos e materiais Pedagógicos da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo Labimp/Feusp (KISHIMOTO, 2013), entre 2008 e 2009, existiam no Brasil 565 brinquedotecas. Essa pesquisa indicou que esses equipamentos estão presentes em diversos espaços, desde centros de pesquisas, escolas, centros comunitários, ONGs, espaços culturais e esportivos etc. Kishimoto (2013) esclarece que,

No Brasil, o termo brinquedoteca substitui ludoteca, quando da criação da Associação Nacional de Brinquedotecas. Uma escola privada havia registrado o nome de sua instituição como ludoteca, inviabilizando o uso desse termo por outros (KISHIMOTO, 2013, p.21).

A autora (2013) lembra que o maior quantitativo de brinquedotecas no Brasil, se localizam em “laboratórios, centros de pesquisas, extensão e estudo de práticas”, somando um total de 212 brinquedotecas, em segundo lugar, ou seja, 98 desses espaços são encontrados em escolas. Para Kishimoto, o fato de haver um maior número de brinquedotecas no campo da educação em geral, conduz à discussão de três fatores fundamentais: “a política pública para a infância que valoriza o brincar”, surgindo a necessidade de uma legislação específica que ampara o direito da criança de vivenciar experiências brincantes desde a mais tenra idade, como é o caso das DCNEIs: “a necessidade de formação de profissionais” que compreendam a importância da brincadeira na infância e a “carência de brinquedos nas instituições de educação para crianças de 0 a 10 anos” (KISHIMOTO, 2013, p.22).

A escassez de uma materialidade do brincar traz, de acordo com Kishimoto, traz implicações de diferentes naturezas para a formação e promoção de uma educação de qualidade para meninas e meninos de todos os cantos deste país.

Barros (2009) ressalta que é muito importante compreender que a função do brincar nas escolas deve potencializar o desenvolvimento das crianças em um nível mais elevado. Devemos entender que os interesses de cada criança por determinado brinquedo podem variar muito, por isso, é preciso sempre utilizar várias situações que envolvam diferentes objetos lúdicos e que sejam mais adequados do ponto de vista da criança, dos seus interesses e necessidades.

O espaço da brinquedoteca é de suma importância para que essa dinâmica do brincar e do acesso a determinados suportes materiais, presentes na brincadeira infantil, sejam pensados a partir das necessidades prementes de cada criança, assim como de cada grupo de crianças, considerando a importância de se criar ambientes estruturados que qualifiquem o brincar, porque é através da brincadeira que as crianças se expressam sendo a “[...] atividade que elas aprendem a dar e receber, a compreender a natureza complexa do ambiente, a solucionar problemas, a relacionar-se com os outros, a ser criativa e imaginativa” (BRASIL 2012, p.73).

Uma brinquedoteca ‘suficientemente boa’, tem, fundamentalmente, compromisso com a brincadeira e, por conseguinte, com a oferta de condições nas quais a brincadeira seja possível. [...] A disponibilidade de um espaço físico no qual a brinquedoteca possa se instalar não é ponto de partida para sua existência; este espaço é conquistado e mantido na estrita relação com o desenvolvimento de uma consciência lúdica que reflita o compromisso com o brincar e com a sua viabilização (FORTUNA, 2011, p.20).

Partilhamos da ideia de Fortuna por entender que a brinquedoteca é, por excelência, um espaço cuja materialidade garante o brincar de forma qualificada, uma vez que em suas ações lúdicas, as crianças são convidadas a explorar, conhecer, descobrir, levantar hipóteses e ampliar seu repertório lúdico-cultural e humano.

A brinquedoteca, vista como lugar para a infância brincar, emprestar brinquedos e espaço de interações entre crianças e entre pais/profissionais e crianças, pressupõe finalidades educativas, que não se confundem com o ensinar (KISHIMOTO, 2013, p.51).

Segundo Atkinson (2013, p.03) “as brinquedotecas de um país, refletem suas culturas e seu modo de fazer as coisas. São organizações que podem proporcionar o brincar para diferentes públicos e de diversas maneiras”. Assim, compreende-se que

em sua interação com o meio e com os outros, as crianças se apropriam do que é culturalmente construído, contudo, devem ser estimuladas a criar novas formas de brincar, partindo das referências que o seu cotidiano fornece.

Pensamos a brinquedoteca enquanto um espaço estruturado, contudo, entendemos que os objetos, artefatos e tecnologias dos quais ela deve dispor devem apresentar arranjos variados, estruturados e não estruturados, sendo portadores da história e da cultura de diferentes povos e que os brinquedos e outros materiais encontrados nesses espaços do brincar devem indicar e resguardar suas distintas formas de produção, sejam elas artesanais, tecnológicas ou industrializadas.

Bartolucci (2013) esclarece que a brinquedoteca não é simplesmente um espaço físico, mas é também

um “espaço mental”, que estimula a cultura do jogo, a participação e a partilha da atividade lúdica sem limites físicos, de tempo, de idade, de cultura. É o porto seguro do qual zarpa a nave da fantasia para explorar o mundo (BARTOLUCCI, 2013, p.129).

Da mesma forma, Kishimoto (2013) entende que por meio da brincadeira a criança se comunica de forma a superar a linguagem verbal, ampliando-a através das experiências com brincadeiras imaginárias, na relação com seus pares e com a professora.

3 QUAL É O LUGAR DA BRINQUEDOTECA NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE MACEIÓ?

Pensar qual é o lugar que a brinquedoteca ocupa nas políticas públicas de educação para as infâncias em Maceió, especialmente quando voltamos o olhar para os Centros Municipais de Educação Infantil da capital alagoana, nos leva a refletir sobre como esse equipamento lúdico tem sido concebido pela gestão da educação e mais especificamente pela equipe técnica e pedagógica que compõe o setor de formação continuada e de acompanhamento às instituições infantis municipais.

Tendo em vista que um dos objetivos específicos do projeto de extensão consistia em mapear os Centros Municipais de Educação Infantil que contassem com o espaço de uma brinquedoteca, nossa primeira ação foi contactar, por meio de telefone, uma lista de 52 (cinquenta e dois) CMEIs e este foi o primeiro desafio com o

qual nos deparamos, pois apenas uma das instituições afirmou que possuía uma brinquedoteca, contudo, não foi possível agendar uma visita, pois a pessoa responsável pelo espaço estava de licença médica, o que inviabilizou a nossa ida ao CMEI e o registro fotográfico das instalações da brinquedoteca.

A ausência de brinquedotecas nos CMEIs nos levou a redimensionar as ações planejadas, dada a impossibilidade de realizar entrevistas com responsáveis pelos espaços nos CMEIs, como também de fazer os registros fotográficos – com o objetivo de organizar um banco de dados com imagens dos espaços pesquisados – foram ações que se colocaram no plano do desejo, pois na prática a não existência de tais espaços inviabilizou a realização das ações.

Como alternativa à lacuna encontrada, decidimos estabelecer um diálogo com o Setor de Educação infantil da SEMED, visando compreender como a Secretaria e, mais especificamente, referido o Setor, concebe o espaço da brinquedoteca e como justifica a sua ausência nas instituições infantis.

A partir de um questionamento inicial, foi possível perceber que a SEMED não entende que o espaço do brincar e de interação fique restrito à brinquedoteca, pois as instituições devem utilizar diversos outros locais, para além de um ambiente estruturado como uma brinquedoteca ou a sala de referência, sendo citadas áreas externas, como os parques que propiciam o estabelecimento do brincar e das interações.

Não discordamos dessa ideia anunciada pelo Setor de EI, contudo, entendemos que, além de muitas instituições possuírem estruturas físicas precárias, improvisadas, ainda não são oferecidas as devidas condições para que professores de educação infantil possam sair com as crianças dos limites físicos das instituições, o que torna o debate sobre a presença de brinquedotecas necessário e urgente.

Foi muito enfatizado que a equipe que acompanha as instituições de Educação Infantil do município pensa a possibilidade do brincar para além da sala de referência, entendendo que o brincar pode ocorrer em espaços amplos e, para isto, foi informado que está sendo realizada uma parceria com o pessoal da infraestrutura e da engenharia da Prefeitura para que as construções dos novos CMEIs sejam acompanhadas, devem valorizar nesses projetos, a relação das crianças com

natureza, que os novos CMEIs possam ter mais terra e menos cimento e que o confinamento das crianças nas salas seja superado.

Quanto à possibilidade de projetos que considerem os espaços da brinquedoteca nos novos CMEIs, foi dito que neles além da sala de aula, haverá a sala de referência e que esta vai ser usada quando o quesito for o trabalho pedagógico e, mais uma vez, se afirmou que a equipe entende que o brincar não deve estar presente somente na brinquedoteca, mas que deve acontecer desde a entrada da criança na escola até a saída, podendo, assim, ter diversas propostas dentro de um mesmo espaço, não limitando apenas a brinquedos, mas pensando também em materiais não estruturados, arte, ateliê etc., sempre de acordo com o projeto político pedagógico da escola que, à luz do Referencial Curricular da Educação Infantil do município, é algo muito mais amplo, que entende que o brincar vai para além dos brinquedos.

O funcionamento de uma brinquedoteca baseia-se em equilíbrios muito delicados e requer um forte empenho, tanto no plano estrutural como no gerencial. Isso é facilmente compreensível se considerarmos que deve dar uma resposta individual a cada usuário. A estrutura, a organização, a escolha dos brinquedos e das atividades devem favorecer a busca dos objetivos propostos (BARTOLUCCI, 2013, p.127).

É importante compreender que o brincar acontece a partir da interação com diferentes espacialidades, materialidades e sujeitos, contudo, quando se concebe o espaço da brinquedoteca a partir da sua capacidade de assumir objetivos e funções que possam atender às singularidades e necessidades individuais e coletivas das crianças e de suas famílias, entendemos o quão é importante a presença desse espaço no contexto escolar.

A equipe do Setor de EI defende um maior contato da criança com a natureza exatamente para que a criança amplie sua capacidade criativa, sua autonomia, independência e tenha mais possibilidade de experiências.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ações extensionistas e de sua vinculação ao componente curricular ACE4 – Oficinas II, entendemos a emergência, no tocante à ampliação dos

conhecimentos e concepções, sobre o brincar na infância e, conseqüentemente, da importância da brinquedoteca no contexto das creches e pré-escolas.

As experiências vivenciadas, levaram o grupo, composto por 13 (treze) estudantes de Pedagogia a compreender que é preciso valorizar práticas pedagógicas com crianças pequenas centradas nas interações e brincadeiras, como assim preconizam as DCNEIs e apreender que a brincadeira é uma atividade fundante na infância, devendo assumir seu devido lugar no planejamento da rotina das crianças.

Cabe a ressalva de que uma das ações previstas no projeto de extensão e sua efetivação no âmbito do componente ACE4-Oficinas II, voltava-se para a realização de rodas de conversa sobre o tema da brinquedoteca, pois, embora as leituras e discussões ocorressem nos encontros semanais de foram a garantir maior aprofundamento da temática, pensamos que seria importante estabelecer diálogos mais consistentes acerca da temática com a comunidade acadêmica e externa à UFAL.

Deste modo, foi realizada uma roda de conversa a partir da utilização do Google Meet. Devemos destacar que houve divulgação em diferentes plataformas virtuais, mas, a participação da comunidade externa foi bem abaixo do esperado, contudo, não podemos deixar de ressaltar a qualidade das discussões realizadas pelos estudantes envolvidos na ação e a consistência teórica do debate, além da sistematização dos dados construídos por meio da pesquisa de campo.

A realização das leituras e das ações extensionistas fizeram emergir a ideia de que é preciso romper com posturas que concebem o brincar como uma atividade natural e espontânea da criança, o que não exige saberes e fazeres docente cujas práticas valorizem e reconheçam o brincar como um direito legal, ético, político e estético da criança.

Não defendemos a brinquedoteca como o único e mais importante espaço dedicado à brincadeira infantil, mas entendemos que ao acessar esse espaço, seus objetos e as relações que nele se constroem, a criança ampliará seu repertório humano, marcando suas experiências brincantes e instituindo processos identitários, afetivos e cognitivos que propiciem a conquista de sua autonomia.

Entende-se que a brinquedoteca, enquanto espaço orientado para o brincar a partir da presença de artefatos e materialidades que deem suporte às brincadeiras

infantis precisa ser concebida e assumida enquanto uma política pública para a infância e para a educação de qualidade que almejamos.

Por fim, entendemos que pensar ações extensionistas no âmbito da formação inicial de professores constitui tarefa basilar para a qualidade da formação universitária, uma vez que a garantia do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é função da universidade.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Pat. Uma breve história das brinquedotecas. In: OLIVEIRA, Vera (Org.). **Brinquedoteca: uma visão internacional**. Editora: Vozes. 2013, p.39-43.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. **Cadê o brincar?** da educação infantil para o ensino fundamental. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2009.

BARROS, Marta Silene; LEITE, Sandra Mantovani. Ludoteca e o brincar na infância: um olhar à luz da perspectiva sócio-histórica. **XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, II SIRSSE e IV SIPD/Cátedra Unesco**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 23 a 26 de outubro de 2013, p. 26180-26190.

BARTOLUCCI, Giorgio. Como criar uma brinquedoteca na Itália? In: OLIVEIRA, Vera (Org.). **Brinquedoteca: uma visão internacional**. Editora: Vozes. 2013, p.122-136.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e brincadeira de creche**: manual de pedagógica. Brasília MEC/SEB. 2012,158p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** 9394 de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: 2010.

BRASIL. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

FORTUNA, Tânia Ramos. **Para um modelo de brinquedotecas para a América Latina**. Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – Brasil, s/a, p. 01-25.

FUCHS, Renate. A experiência europeia das brinquedotecas. In: OLIVEIRA, Vera (Org.). **Brinquedoteca: uma visão internacional**. Editora: Vozes. 2013. p. 43-51.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. A brinquedoteca no contexto educativo brasileiro e internacional. In: OLIVEIRA, Vera (Org.). **Brinquedoteca: uma visão internacional**. Editora: Vozes. 2013, p. 07-13.